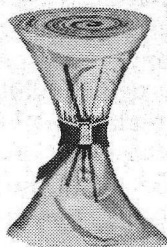


Militares e parlamentares não pagam aumento da Previdência

Elevação da contribuição dos servidores ativos arrecadará R\$ 2,1 bi

Aposentados só começarão a descontar 11% a partir de junho de 1999



AJUSTE

de previdência.

Militares

Mas o ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirmou ontem que "espera que a primeira previdência do novo ministro da Defesa seja aumentar a contribuição dos militares". Segundo Malan, o aumento da contribuição dos militares não foi feito agora porque cada uma das três armas - Exército, Marinha e Aeronáutica - tem "regimes previdenciários diferentes". Já os 594 parlamentares, que ganham R\$ 8 mil mensais, descontam mensalmente R\$ 800,00 para o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC).

O aumento da contribuição dos servidores civis federais da ativa que recebem acima de R\$ 1,2 mil foi feito por Medida Provisória assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas as novas alíquotas de contribuição só entram em vigor em fevereiro porque, pela legislação atual, elas só podem começar a ser cobradas 90 dias após a edição da MP. O aumento da contribuição vale apenas para os servidores públicos civis da União, não atingindo os servidores públicos estaduais e municipais. Os trabalhadores da iniciativa privada e os aposentados e pensionistas do INSS não foram atingidos pelas medidas anunciadas ontem pelo Governo.

Segundo o ministro da Previdência, Waldeck Ornellas, o aumento da contribuição não atinge os parlamentares e os militares porque eles têm regime próprio



Humberto Pradera

WALDECK Ornellas: os militares e os parlamentares têm regime próprio de previdência

Inativos

Nas medidas de ajuste fiscal também está prevista a criação de alíquota de 11% sobre as aposentadorias e pensões dos servidores civis inativos. Mas essa cobrança, que representa uma arrecadação de R\$ 2,7 bilhões anuais, só deverá começar a ser feita em junho do ano que vem. Como a cobrança de contribuição dos inativos foi retirada este ano da reforma da Previdência, o Governo só poderá legislar sobre o assunto no ano que vem.

Provavelmente, o Governo enviará ao Congresso medida provisória ou projeto de lei criando a contribuição somente em fevereiro de 1999. E a contribuição dos inativos também só entrará em vigor 90 dias depois de aprovado o projeto de lei ou

editada a medida provisória. "Temos dúvidas sobre a data de criação da contribuição dos inativos", afirmou a ministra da Administração, Cláudia Costin.

Adicional

A medida provisória assinada pelo presidente Fernando Henrique para os servidores da ativa cria, por um período de cinco anos, um adicional de 9% que irá incidir sobre a parcela salarial que exceder a R\$ 1,2 mil. Ou seja: até o valor de R\$ 1,2 mil, o funcionário desconta mensalmente 11% de seu salário para fins da previdência pública. Na parcela que exceder a R\$ 1,2 mil, o funcionário terá um desconto de 20%.

Pela regras atuais, um servidor, por exemplo, que recebe R\$

4 mil brutos por mês, desconta R\$ 440,00 mensalmente (o equivalente a 11%) de seu salário de contribuição. Com a medida provisória, esse mesmo servidor passará a descontar R\$ 692,00 de contribuição - R\$ 132,00 referentes ao salário até R\$ 1,2 mil e R\$ 560,00 referentes aos R\$ 2,8 mil.

Os mesmos descontos irão incidir sobre os proventos dos inativos do setor público federal. Hoje, os aposentados e pensionistas do serviço público federal não contribuem para o regime de previdência da União. A proposta do Governo é universalizar a alíquota de 11% para os inativos do setor público federal, o que irá representar um impacto financeiro anual de R\$ 1,6 bilhão. Os inativos que

ganham acima de R\$ 1,2 mil também vão descontar 20% sobre a parcela de seu provento que exceder aos R\$ 1,2 mil. Mas os descontos nos proventos dos inativos só deverão começar em junho de 1999.

Protesto

O aumento da alíquota de contribuição dos servidores públicos federais e a sua extensão aos aposentados e pensionistas foi mal recebida pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais (Sindsep), que ameaça entrar na Justiça contra o Governo. "Essas medidas do Governo configuram uma redução de salário e, por isso, estamos estudando as medidas judiciais cabíveis. A Constituição não permite redução salarial", afirmou ontem Antônio Borges, da direção Executiva do Sindsep.

Com o aumento da alíquota de contribuição dos servidores civis dos Três Poderes, o Governo federal espera reduzir o déficit da previdência pública federal, previsto para R\$ 18,3 bilhões este ano. Hoje a contribuição de 11% dos 520.024 servidores do Executivo, dos 18.891 servidores do Legislativo e dos 74.111 servidores do Judiciário somam R\$ 2,6 bilhões por ano.

Mas os gastos com o pagamento de aposentadorias e pensões dos 638.332 inativos civis somam R\$ 20,9 bilhões por ano. Com o aumento da contribuição dos ativos e sua extensão aos inativos, o Governo esperar arrecadar R\$ 4,8 bilhões por ano. Além disso, assim que a reforma da Previdência for promulgada pelo Congresso, o Governo estima economizar R\$ 1,3 bilhão em 1999 com as aposentadorias e pensões do setor público federal.